



OS PEDAGÓGICOS
CURSOS E CONCURSOS



SIMULADO **SEDF** | **120** **itens** **PRA VOCÊ GABARITAR**



   **OSPEDAGOGICOS**

A legislação educacional estabelece os fundamentos do direito à educação, as responsabilidades dos sistemas de ensino e os princípios que orientam a organização do trabalho pedagógico. No Distrito Federal, além das normas nacionais, documentos próprios regulamentam aspectos como currículo, avaliação, gestão escolar e enfrentamento ao machismo. Considerando as possibilidades da banca examinadora, os itens a seguir combinam literalidade normativa, interpretação e aplicação em situações escolares.

Acerca do direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir:

01. Ao estabelecer que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, a Constituição atribui sua promoção ao Estado e à família, com a colaboração da sociedade, não restringindo essa responsabilidade ao poder público.

No que se refere ao dever constitucional do Estado com a educação, julgue o item a seguir:

02. A obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica alcançam a população dos quatro aos dezessete anos, de modo que a oferta gratuita às pessoas que não concluíram essa etapa na idade prevista depende da disponibilidade administrativa do respectivo sistema de ensino.

Considerando os princípios constitucionais do ensino, julgue o item subsequente:

03. O princípio da gestão democrática alcança todas as instituições de ensino, públicas e privadas, impondo-lhes modelo uniforme de participação da comunidade escolar definido diretamente pela Constituição Federal.

Acerca da verificação do rendimento escolar prevista na LDB, julgue o item a seguir:

04. Na educação básica, a avaliação contínua e cumulativa deve conferir prevalência aos

aspectos qualitativos e aos resultados demonstrados durante o período letivo, quando comparados aos aspectos quantitativos e aos resultados de eventuais provas finais.

Quanto às incumbências dos docentes definidas pela LDB, julgue o item subsequente:

05. A participação na elaboração da proposta pedagógica, e o cumprimento do plano de trabalho, o zelo pela aprendizagem e o estabelecimento de estratégias de recuperação integram as atribuições legais dos docentes.

No que se refere à frequência escolar na educação básica, julgue o item a seguir:

06. A LDB estabelece o percentual mínimo de 75% de frequência para aprovação em todas as etapas da educação básica, inclusive na pré-escola, cabendo à instituição educacional controlar o cumprimento dessa exigência.

Considerando as regras de organização da educação nacional, julgue o item subsequente:

07. Por integrarem a educação básica, as instituições privadas devem observar as mesmas formas de gestão democrática definidas pelos sistemas de ensino para as escolas públicas, incluindo a constituição obrigatória dos órgãos colegiados previstos para a rede pública.

Acerca da organização curricular da educação infantil no sistema de ensino do Distrito Federal, de acordo com a Resolução nº 2/2023 julgue o item a seguir:

08. Os programas e projetos que compõem a parte diversificada da educação infantil podem fragmentar as experiências das crianças em componentes curriculares autônomos, desde que sejam permanentemente avaliados e contemplem temas transversais.



No que se refere à avaliação educacional no sistema de ensino do Distrito Federal, de acordo com a Resolução nº 2/2023 julgue o item a seguir:

09. A avaliação para a aprendizagem, a avaliação institucional e a avaliação em larga escala constituem níveis que se integram e se inter-relacionam na reflexão sobre os resultados educacionais.

Com base na concepção formativa adotada pelas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF, julgue o item a seguir:

10. O feedback pode assumir função formativa quando oferece ao estudante informações sobre sua aprendizagem e indica possibilidades de continuidade e aprimoramento, favorecendo sua participação no processo avaliativo.

Acerca das ações escolares de valorização das mulheres e de combate ao machismo, de acordo com o Decreto Distrital Nº44.918/2023 julgue o item a seguir:

11. Cada unidade escolar deve constituir equipe multidisciplinar permanente, formada por docentes, estudantes e gestores, sendo vedada a participação de pais e voluntários nas atividades promovidas pela equipe.

Considerando a inserção da igualdade de gênero no trabalho pedagógico, de acordo com o Decreto Distrital Nº44.918/2023 julgue o item a seguir:

12. A temática da igualdade de condições sociais e de direitos entre homens e mulheres deve ser incorporada de forma transversal ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

No que se refere à Semana de Conscientização e Enfrentamento contra o Machismo, julgue o item a seguir:

13. A Semana de Conscientização e Enfrentamento contra o Machismo deve ocorrer em data definida autonomamente por cada unidade escolar, podendo ser transferida para qualquer mês do calendário letivo em razão das particularidades locais.

Acerca das medidas de valorização das mulheres e de enfrentamento ao machismo previstas no Decreto Distrital nº 44.918/2023, julgue o item a seguir:

14. Embora cada unidade escolar possa decidir sobre a criação de equipe multidisciplinar destinada à promoção de atividades de conscientização, essa faculdade também alcança a inserção transversal da igualdade de condições sociais e de direitos entre homens e mulheres no currículo e no Projeto Político-Pedagógico.

Acerca do Comitê de Prevenção e Combate ao Machismo e Valorização da Mulher, julgue o item subsequente:

15. Entre as atribuições do Comitê estão a promoção permanente de campanhas educativas, o desenvolvimento de debates sobre o papel historicamente destinado às mulheres e a elaboração de cartilha com orientações e fluxos de atendimento relacionados ao machismo e à violência contra a mulher.

No que se refere à supervisão parental e à responsabilidade dos fornecedores no ambiente digital, de acordo com Estatuto Digital da Criança e do Adolescente julgue o item a seguir:

16. A disponibilização de ferramentas de supervisão parental transfere aos pais ou responsáveis o dever de prevenir riscos digitais, permitindo que os fornecedores ou provedores de conteúdos digitais deixem de implementar mecanismos próprios de proteção quando houver consentimento familiar para o acesso da criança ou do adolescente.

Acerca do âmbito de aplicação e dos princípios do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, julgue o item a seguir:

17. As normas de proteção previstas no ECA Digital alcançam produtos e serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e adolescentes no Brasil ou cujo acesso por esse público seja provável, ainda que seu desenvolvimento, sua oferta ou sua operação ocorram fora do território nacional.



Acerca do profissional de apoio escolar previsto na Lei Brasileira de Inclusão, julgue o item a seguir:

18. A atuação do profissional de apoio escolar pode abranger alimentação, higiene, locomoção e outras atividades escolares nas quais sua presença seja necessária, em diferentes níveis e modalidades de ensino, sem compreender técnicas e procedimentos próprios de profissões legalmente regulamentadas.

Considerando as obrigações das instituições privadas de ensino estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão, julgue o item subsequente:

19. A instituição privada poderá acrescentar às mensalidades os custos decorrentes da oferta de profissional de apoio e das adaptações razoáveis quando demonstrar que essas medidas foram estabelecidas em benefício individual de determinado estudante com deficiência.

Acerca da avaliação da deficiência prevista na Lei Brasileira de Inclusão, julgue o item a seguir:

20. Quando necessária, a avaliação da deficiência deverá ser biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.

19H - 22/09 - TEMAS COMPLEMENTARES SEDF - WILLIAM DORNELA

Em uma escola pública da rede de ensino do Distrito Federal, localizada em Planaltina, a equipe pedagógica recebeu uma estudante com transtorno do espectro autista (TEA) matriculada no 7.º ano do ensino fundamental. Embora a estudante participe das aulas na turma comum, apresenta barreiras relacionadas à comunicação, à organização das atividades e à realização de algumas avaliações.

Durante reunião pedagógica, foi proposto que o atendimento educacional especializado (AEE) fosse ofertado na sala de recursos multifuncionais e que o plano de atendimento fosse elaborado pelo professor especializado, em articulação com os docentes da classe comum, a família e a equipe gestora. Também se discutiu a necessidade de adaptar recursos, estratégias e formas de acompanhamento para assegurar participação, aprendizagem e permanência da estudante na escola.

Com base nessa situação, julgue os 01 e 02 itens a seguir:

Acerca da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, julgue o item a seguir:

01. Quando as barreiras identificadas demandarem intervenções pedagógicas específicas e recursos de acessibilidade de uso contínuo, a organização do percurso escolar da estudante poderá concentrar, na sala de recursos multifuncionais, as atividades relacionadas aos componentes curriculares, enquanto a turma comum assumirá função de convivência e socialização.

Acerca do atendimento educacional especializado e da atuação em rede, julgue o item a seguir:

02. A elaboração do plano de atendimento educacional especializado pelo professor especializado, com participação da família e articulação com os professores da classe comum, favorece a identificação de recursos pedagógicos e de acessibilidade necessários à participação da estudante nas atividades escolares.



Acerca das atribuições dos profissionais envolvidos na escolarização de estudantes público da educação especial, conforme o Currículo em Movimento da Educação Especial do Distrito Federal, julgue o item a seguir:

03. Embora o professor da classe comum deva organizar o ensino e o planejamento considerando as necessidades educacionais diversas presentes na turma, a atuação dos profissionais vinculados ao atendimento educacional especializado alcança tarefas que demandam conhecimentos específicos, a exemplo do ensino de Libras, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, da comunicação alternativa, da tecnologia assistiva e do enriquecimento curricular.

Conforme o Currículo em Movimento da Educação Básica - Educação Especial do Distrito Federal, no que se refere ao acesso ao currículo para estudantes com deficiência, julgue o item a seguir:

04. As modificações em elementos físicos, materiais e metodológicos podem abranger a adequação de instrumentos de avaliação e de ensino-aprendizagem, com utilização de avaliação oral, recursos visuais que apoiem a escrita, comunicação aumentativa, textos ampliados, Braille e ilustrações táteis, quando tais medidas forem necessárias para tornar acessível o conteúdo trabalhado em sala de aula.

Conforme o Currículo em Movimento da Educação Básica — Educação Especial do Distrito Federal, no que se refere à avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência e transtorno funcional do desenvolvimento, julgue o item a seguir:

05. A garantia de processo avaliativo contínuo e formativo é compatível com a adoção de avaliação oral quando o registro escrito constituir dificuldade para o estudante, de atividades executadas com consulta a material de apoio e de aumento do tempo previsto para a realização da atividade contudo, a definição desses procedimentos integra atribuição solitária do professor regente, em razão de sua responsabilidade pela organização didático-metodológica da turma.

Em uma escola pública da rede de ensino do Distrito Federal, localizada em Sobradinho, Lucas, estudante com transtorno do espectro autista (TEA), está matriculado no 6.º ano do ensino fundamental. A professora da sala comum observou que ele participa com maior segurança de atividades organizadas com apoio visual, instruções claras e previsibilidade na sequência das tarefas.

Para favorecer sua participação, a professora passou a reunir-se com o professor do atendimento educacional especializado (AEE), orientou o profissional de apoio quanto às atividades que seriam desenvolvidas e inseriu, em seu planejamento, estratégias e recursos compatíveis com as singularidades do estudante. Também propôs atividades coletivas voltadas à compreensão da diversidade e ao fortalecimento dos vínculos entre os estudantes.

Com base nessa situação, julgue os itens a seguir:

Conforme a Portaria SEE/DF n.º 50/2023, acerca da atuação do professor da sala de aula comum no processo inclusivo do estudante com transtorno do espectro autista, julgue o item a seguir:

06. A reunião periódica e o trabalho articulado entre a professora da sala comum e o professor do AEE, com vistas à produção de materiais, às orientações para ajustes nos planejamentos e à definição de recursos e estratégias de ensino, constituem ações compatíveis com as orientações previstas para a efetividade do processo inclusivo do estudante com TEA.

Conforme a Portaria SEE/DF n.º 50/2023, acerca da organização das práticas pedagógicas destinadas ao estudante com transtorno do espectro autista, julgue o item a seguir:

07. Considerando as singularidades de Lucas, a professora deverá organizar estratégias, metodologias e recursos adequados às suas necessidades, sem perder de vista a importância de que ele se reconheça como parte da história coletiva da sala e de seus pares, bem como incorporar ao planeja-



mento de ensino elementos que contribuam para a compreensão da diversidade e dos princípios da inclusão.

Conforme a Portaria SEE/DF n.º 50/2023 e a Lei n.º 13.146/2015 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acerca da permanência e da importância do projeto político-pedagógico no processo inclusivo, julgue o item a seguir:

08. O projeto político-pedagógico constitui mecanismo de institucionalização das políticas de inclusão, devendo contemplar os processos de acesso, permanência, participação e aprendizagem, bem como institucionalizar o atendimento educacional especializado, os serviços e as adaptações razoáveis requeridas pelas características dos estudantes com deficiência.

Conforme a Portaria SEE/DF n.º 50/2023 e o art. 28, incisos II e III, da Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), acerca da atuação do professor regente da sala de aula comum no atendimento ao estudante com TEA, julgue o item a seguir:

09. Compete ao professor regente planejar, adaptar e implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades da turma, assegurando acessibilidade curricular e metodológica, com uso de recursos visuais, estratégias de comunicação alternativa e organização do ambiente da sala de aula, de acordo com as necessidades educacionais dos estudantes com TEA.

Conforme a Portaria SEE/DF n.º 50/2023 e a Lei n.º 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acerca do trabalho articulado no processo inclusivo do estudante com TEA, julgue o item a seguir:

10. A presença do profissional de apoio desloca para esse profissional a responsabilidade pela adaptação das estratégias pedagógicas e pela garantia da participação do estudante com TEA, cabendo ao professor regente concentrar-se no desenvolvimento das atividades destinadas ao restante da turma.

Em uma escola pública da rede de ensino do Distrito Federal, em Santa Maria, uma estudante com TEA será matriculada no 4.º ano do ensino fundamental. Antes do início das aulas, a equipe gestora realizou reunião com sua família e organizou uma visita à unidade escolar para apresentar os principais espaços e a rotina da turma.

Após esse acolhimento, a professora regente, em diálogo com a família e a equipe pedagógica, propôs a construção de um plano educacional com adequações curriculares. No planejamento da turma, incluiu atividades sobre respeito, empatia e solidariedade, prevendo condições de acesso compatíveis com as singularidades da estudante e oportunidades de convivência com seus pares.

Com base na situação apresentada, julgue os itens a seguir:

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica, Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e a Lei n.º 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acerca do acolhimento e da construção do plano educacional, julgue o item a seguir:

11. A construção do plano educacional e das adequações curriculares deve considerar a trajetória escolar da estudante e decorrer de processo avaliativo efetivo e colaborativo, em consonância com suas potencialidades e necessidades específicas, nas diferentes áreas de conhecimento e aspectos do desenvolvimento humano.

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica, Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e a Lei n.º 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acerca da participação do estudante com deficiência na turma comum, julgue o item a seguir:

12. Para preservar a adequação das intervenções pedagógicas, as atividades destinadas à estudante com TEA devem ser organizadas em percurso distinto daquele desenvolvido pela turma, pois a convivência com



pares de idade cronológica compatível será promovida em momentos específicos de socialização.

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei n.º 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acerca das adequações curriculares significativas, julgue o item a seguir:

13. As adequações significativas podem envolver modificações nos objetivos de aprendizagem, alterações nos conteúdos, mudanças metodológicas, revisões avaliativas e ajustes na temporalidade, devendo ser adotadas diante das necessidades educacionais do estudante, ainda que as adequações menos significativas sejam suficientes para assegurar sua participação e aprendizagem.

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o art. 58 da Lei n.º 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acerca do atendimento educacional especializado, julgue o item a seguir:

14. O atendimento educacional especializado constitui serviço de natureza pedagógica que visa suplementar as orientações curriculares desenvolvidas nas classes comuns para estudantes com altas habilidades/superdotação e complementar tais orientações para estudantes com deficiência e TEA, devendo suas atividades diferenciar-se das realizadas na sala de aula comum, sem caráter substitutivo da escolarização.

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o art. 58 da Lei n.º 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acerca das classes especiais na rede pública de ensino do Distrito Federal, julgue o item a seguir:

15. As classes especiais têm caráter temporário e transitório e destinam-se ao atendi-

mento de estudantes com deficiência intelectual, deficiência múltipla ou transtorno do espectro autista, encaminhados por estudo de caso na Educação Infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental; embora não sejam seriadas, devem respeitar a idade cronológica, a etapa e o ciclo em que se encontra o estudante.

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Resolução CNE/CEB n.º 4/2009, acerca da atuação colaborativa do professor do AEE, julgue o item a seguir:

16. O professor do AEE deve atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o estudante, contribuindo para a superação de barreiras à participação e à aprendizagem.

Acerca das adequações curriculares no contexto da educação inclusiva, julgue o item a seguir:

17. A realização das adequações curriculares necessárias ao processo educacional do estudante é atribuição do professor do AEE, cabendo-lhe defini-las e executá-las de forma autônoma em relação à unidade escolar e ao professor regente.

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Resolução CNE/CEB n.º 4/2009, acerca da identificação das necessidades específicas dos estudantes, julgue o item a seguir:

18. Participar do processo de identificação e de avaliação pedagógica das necessidades específicas dos estudantes integra as atribuições do professor do AEE, subsidiando a organização de estratégias, recursos e serviços de acessibilidade.

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Resolução CNE/CEB n.º 4/2009, acerca da relação entre



escola e família, julgue o item a seguir:

19. A orientação às famílias quanto ao envolvimento no processo educacional do estudante deve ocorrer após solicitação formal dos responsáveis, pois o acompanhamento pedagógico é conduzido prioritariamente pelos profissionais da unidade escolar.

Conforme o Caderno de Orientação Pedagógica Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Resolução CNE/CEB n.º 4/2009, acerca dos materiais didático-pedagógicos e dos recursos de acessibilidade, julgue o item a seguir:

20. Compete ao professor do AEE elaborar e orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos específicos para uso dos estudantes tanto na classe regular quanto na sala de recursos, articulando tais recursos às necessidades identificadas no processo educacional.

19H - 23/09 - TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS - FERNANDO SOUSA

Uma equipe escolar analisa os dados de abandono e baixo desempenho dos estudantes. Parte do grupo afirma que a escola precisa “corrigir a ignorância” por meio de aulas mais fortes, conteúdos organizados e disciplina intelectual. Outro grupo entende que o problema não está apenas no conteúdo, mas na rejeição, na falta de pertencimento e na ausência de experiências que aproximem o estudante da escola. A coordenação percebe que as duas leituras acreditam no poder da educação para corrigir a marginalidade, mas partem de explicações diferentes sobre o que produz essa marginalização. A situação dialoga com a classificação de Saviani, segundo a qual há teorias que veem a educação como instrumento de equalização social e superação da marginalidade, chamadas por ele de teorias não críticas.

01. Ao afirmar que o estudante marginalizado é aquele que não domina os conhecimentos sistematizados, e que cabe à escola transmitir o acervo cultural acumulado pela humanidade, a equipe aproxima-se da pedagogia tradicional, pois nela a ignorância é tomada como causa central da marginalidade.

02. Quando a escola desloca o foco do domínio dos conteúdos para a aceitação do estudante pelo grupo, valorizando sentimentos, interesses, espontaneidade e experiências,

ela supera a lógica liberal e passa automaticamente para uma tendência progressista.

03. No caso apresentado, tanto a professora tradicional quanto o professor escolanovista compartilham uma crença comum: a de que a educação possui autonomia suficiente para corrigir distorções sociais, ainda que discordem sobre os meios pedagógicos adequados para isso.

04. Se uma escola afirma que o fracasso escolar decorre principalmente da ausência de ambientes ricos, materiais variados, pequenos grupos e relações interpessoais estimulantes, sua leitura aproxima-se mais da pedagogia nova do que da pedagogia tradicional.

05. Segundo Saviani, a pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a pedagogia tecnicista são críticas porque identificam os condicionantes sociais da escola e explicam a marginalidade como produto estrutural da sociedade de classes.

Uma rede de ensino decide padronizar suas práticas pedagógicas. Os professores recebem apostilas, objetivos operacionais, sequências fechadas, instrumentos de verificação e metas de desempenho. A justi-



ficativa oficial é garantir eficiência, produtividade, neutralidade técnica e redução das interferências subjetivas no trabalho docente. Alguns professores reconhecem que o planejamento ficou mais organizado, mas reclamam que passaram a executar procedimentos definidos por especialistas externos, com pouca margem para interpretar a realidade concreta das turmas. Essa situação se aproxima da pedagogia tecnicista, descrita por Saviani como uma pedagogia baseada na racionalidade, eficiência, produtividade e organização objetiva do processo educativo.

06. A proposta da rede aproxima-se da pedagogia tecnicista porque desloca o centro do processo educativo para a organização racional dos meios, colocando professor e aluno em posição secundária diante de procedimentos previamente planejados.

07. A existência de apostilas, avaliações e recursos tecnológicos contradiz uma prática tecnicista, ainda que o professor utilize esses instrumentos para problematizar a realidade social dos estudantes.

08. No tecnicismo, a marginalidade deixa de ser vista como ignorância ou rejeição e passa a ser associada à incompetência técnica, à ineficiência e à improdutividade, o que revela sua vinculação com demandas de adaptação ao sistema produtivo.

09. A pedagogia tecnicista valoriza a autonomia docente porque entende que o professor deve decidir livremente o que ensinar, quando ensinar e como avaliar, de acordo com os conflitos sociais vividos pela turma.

10. A frase “na pedagogia tradicional importa aprender, na pedagogia nova importa aprender a aprender e na pedagogia tecnicista importa aprender a fazer” sintetiza diferenças internas entre tendências não críticas, sem transformar o tecnicismo em pedagogia progressista.

Em uma formação continuada, os professores discutem se a escola pública con-

segue enfrentar as desigualdades sociais. Um grupo argumenta que a escola apenas reproduz a sociedade capitalista, legitimando a dominação cultural, selecionando os estudantes e naturalizando diferenças de classe. Outro grupo reconhece essa crítica, mas questiona se ela não leva a uma visão paralisante, como se a escola não pudesse ser transformada historicamente. O debate permite distinguir as teorias não críticas, que apostam ingenuamente na escola como solução, das teorias crítico-reprodutivistas, que explicam a escola a partir dos seus condicionantes sociais, mas tendem a vê-la como reprodutora da dominação.

11. As teorias crítico-reprodutivistas são chamadas de críticas porque compreendem a educação a partir de seus condicionantes sociais, mas são reprodutivistas porque entendem que a escola cumpre a função de reproduzir a sociedade em que está inserida.

12. Para Saviani, as teorias crítico-reprodutivistas apresentam uma proposta pedagógica concreta de transformação da escola, indicando métodos de ensino, organização curricular e estratégias didáticas para superar a marginalidade.

13. Na teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica, associada a Bourdieu e Passeron, a escola pode reforçar a dominação porque transforma desigualdades culturais em diferenças aparentemente naturais de mérito escolar.

14. Na teoria da escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado, de Althusser, a escola é compreendida como instituição neutra, situada fora das disputas ideológicas, cuja função principal é garantir igualdade real de oportunidades.

15. A teoria da escola dualista entende que a aparência de escola única encobre redes escolares diferenciadas, relacionadas à divisão da sociedade capitalista em classes, o que impede tratar a desigualdade escolar apenas como falha individual do estudante.



Uma professora da EJA organiza uma sequência sobre trabalho, território, desigualdade e direitos sociais. Ela parte das experiências dos estudantes, mas não fica apenas no relato pessoal: introduz conceitos, textos, dados históricos, análise crítica e debate coletivo. Na reunião pedagógica, alguns colegas classificam a prática como “liberal renovada”, porque há participação dos alunos; outros a aproximam da pedagogia libertadora, por partir da realidade vivida; e outros destacam a centralidade dos conteúdos em confronto com a prática social. A discussão exige diferenciar tendências liberais e progressistas em Libâneo, além das posições filosóficas indicadas por Luckesi: redenção, reprodução e transformação.

16. Pela classificação de Libâneo, uma prática centrada na adaptação do indivíduo aos papéis sociais existentes, ainda que use linguagem de liberdade, interesse e desenvolvimento pessoal, permanece no campo da pedagogia liberal.

17. A pedagogia progressista, em Libâneo, parte de uma análise crítica das realidades sociais e assume finalidades sociopolíticas da educação, razão pela qual não se confunde com simples inovação metodológica.

18. A tendência crítico-social dos conteúdos rejeita a transmissão dos conhecimentos escolares porque considera que todo conteúdo sistematizado reproduz necessariamente a ideologia dominante.

19. Na situação apresentada, a prática da professora pode se aproximar da tendência crítico-social dos conteúdos quando articula experiências concretas dos estudantes, conteúdos sistematizados e análise crítica das relações sociais.

20. Em Luckesi, a tendência transformadora recusa tanto o otimismo ingênuo da educação redentora quanto o pessimismo imobilizador da educação reprodutivista, pois reconhece condicionantes históricos e aposta na ação crítica dentro das condições sociais.

18H - 24/09 - LEI COMPLEMENTAR Nº 840 - SUZELE VELOSO

Considerando as normas da Lei Complementar nº 840/11, sobretudo as regras estabelecidas para provimento de cargos públicos, julgue o item abaixo:

01. De acordo com a lei mencionada no enunciado, cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Com base na Lei Complementar nº 840/2011 (Regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais), julgue o item abaixo quanto ao regime e à jornada de trabalho do servidor público.

02. O servidor que faltar ao serviço por mais de quinze dias consecutivos incorrerá em abandono de cargo.

De acordo com o Regime Jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue o item seguinte:

03. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito ao estágio probatório pelo prazo de três anos, período no qual não poderá a Administração Pública lhe conceder licença não remunerada ou autorizar seu afastamento sem remuneração, salvo nos casos de afastamento para o serviço militar ou para o exercício de mandato eletivo.



Acerca das sanções disciplinares elencadas na Lei Complementar n.º 840/2011, julgue o item abaixo:

04. A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou do subsídio dos dias em que estiver afastado.

Conforme estabelecido na Lei nº 840/11, julgue o item abaixo:

05. A posse do aprovado em concurso público ocorrerá no prazo de até noventa dias, contados da publicação do ato de provimento.

Conforme estabelecido na Lei nº 840/11, julgue o item abaixo:

06. A condição de brasileiro nato é um dos requisitos para a investidura em cargo público.

Acerca da Lei n.º 840/11, julgue o item seguinte:

07. Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos seis meses.

No que concerne aos agentes públicos na Lei Complementar n.º 840/11, julgue o item:

08. Uma vez extinto o cargo, o servidor, ainda que não tenha adquirido a estabilidade, ficará em disponibilidade e receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

No que concerne aos agentes públicos na Lei Complementar n.º 840/11, julgue o item:

09. Com a invalidação da demissão do servidor estável, por meio de sentença judicial, será ele automaticamente reintegrado e o eventual ocupante da sua vaga, se estável, poderá ser reconduzido ao cargo de origem, com o pagamento de indenização proporcional ao decréscimo remuneratório sofrido.

A prática de atos ilícitos por agentes públicos poderá ensejar sua responsabilização

nas esferas penal, civil e administrativa.

Acerca da responsabilidade dos servidores públicos no âmbito da LC 840/11, julgue o item:

10. A cassação de aposentadoria é modalidade de sanção aplicada aos servidores públicos que estejam aposentados e que tenham cometido, na atividade, alguma das sanções, previstas em lei, puníveis com demissão.

A prática de atos ilícitos por agentes públicos poderá ensejar sua responsabilização nas esferas penal, civil e administrativa.

Acerca da responsabilidade dos servidores públicos no âmbito da LC 840/11, julgue o item:

11. O servidor público que venha a ser punido penalmente por um ato indevido não poderá ser punido administrativamente pelo mesmo ato, sob pena de se incorrer em bis in idem, o que não é admitido constitucionalmente no Brasil.

Um servidor distrital praticou determinada infração disciplinar.

Sobre as consequências disciplinares previstas na Lei 840/11, julgue o item:

12. A reincidência em infração média do grupo II sujeita o servidor à demissão.

Com base no regime disciplinar estabelecido pela Lei Complementar n.º 840/2011 e suas alterações as quais dispõem acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das autarquias e fundações públicas distritais, as infrações disciplinares decorrem de ato omissivo ou comissivo, praticado com dolo ou culpa. Segundo o art. 188 da referida lei complementar, as infrações disciplinares classificam-se em leves, médias e graves para efeitos de cominação de sanção.

A esse respeito, julgue o item:

13. Utilizar recursos computacionais da administração pública para, intencionalmente, disseminar vírus, cavalos de tróia, spyware e outros males, pragas e programas indesejáveis constitui infração grave.



No tocante às condutas funcionais e suas respectivas classificações na LC nº 840/2011, julgue o item abaixo:

14. O servidor que, injustificadamente, se recusa a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado pratica infração disciplinar leve.

No tocante às condutas funcionais e suas respectivas classificações na LC nº 840/2011, julgue o item abaixo:

15. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão das atribuições funcionais, configura infração disciplinar grave do grupo II.

16. Conforme o disposto na Lei Complementar nº 840/2011, acerca do regime disciplinar, é correto afirmar que se considera uma infração de natureza leve o ato de exercer o comércio, inclusive na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

João, servidor público civil estável de autarquia distrital, investido em cargo público que exige nível médio como escolaridade, foi designado pela autoridade competente a integrar comissão em processo administrativo disciplinar pela prática de infração funcional de outro servidor público em exercício no mesmo órgão. Entretanto, João recusou-se a integrar a comissão, sem apresentar qualquer justificativa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o próximo item, considerando as disposições da Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações.

17. João estará sujeito a pena de demissão caso rejeite nova designação para integrar outra comissão de processo administrativo disciplinar.

O Regime Jurídico Único, regulado pela Lei 840/11, dispõe em seu Título II sobre o provimento, a vacância, a redistribuição e a substituição dos cargos públicos.

A respeito das disposições constantes na Lei 840/11, julgue o item abaixo:

18. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e não poderá decorrer de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

Quanto ao direito às licenças previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis do DF (Lei nº 840/11) julgue o item abaixo:

19. O servidor em estágio probatório poderá ter licença para tratar de interesses particulares, por até dois anos consecutivos, a critério da Administração.

Com base na Lei nº 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do DF, das autarquias e das fundações públicas, julgue o item abaixo:

20. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de advertência, suspensão e exoneração.

19H - 24/09 - ANÁLISE SINTÁTICA - MARIANA

Há dez anos, o Brasil tem registrado baixo desempenho em todas as áreas analisadas.

01. No segundo período do quinto parágrafo do texto, o segmento “baixo desempenho” exerce, na oração em que se insere, a função sintática de adjunto adverbial.

la-se embora, com alegria até, porque o outro apartamento tinha uma janela de onde era possível ver o mar, não todo, mas

um pedacinho que, lá um dia, talvez lhe mostrasse um navio passando. Claro, arejado.

02. No sétimo período do primeiro parágrafo, a forma “lhe” desempenha a função de complemento indireto da forma verbal “mostrasse”.

03. Em “Ele nada faz sem motivo”, o termo “sem motivo” exerce a função de complemento da forma verbal “faz”.



04. No trecho “com quem Benjamin trocou correspondências”, o termo “com quem” complementa a forma verbal “trocou”.

“A venda de artigos pessoais revela uma verdade que talvez não tenhamos coragem de admitir em transações comerciais: os preços são números inventados que nem sempre envolvem muita convicção.”

05. No trecho acima, os termos “números” e “inventados” exercem, respectivamente, as funções de sujeito e predicativo do sujeito.

“Na maioria das cidades, jazem os rios debaixo das calçadas e estruturas que vão erigindo essa paisagem tão atraente que são as cidades.”

06. No fragmento acima, o termo “os rios” exerce a função de objeto indireto.

07. No trecho “o TRIPS estende e especifica obrigações relativas ao escopo, ao objeto e à duração desta proteção.”, são núcleos dos complementos nominais de “relativas”: “escopo”; “objeto”; “duração”; e “proteção”.

08. No trecho “A ministra avalia que essa foi uma escolha importante em atenção ao envelhecimento **da população**.”, a expressão “da população” exerce função sintática de complemento nominal.

“A socióloga argumenta que a educação sexual nas escolas, que vive sob ataque **de grupos políticos** no país, ajudaria na prevenção **da gravidez** precoce e, consequentemente, no número de abortos.”

09. No período acima, as funções dos termos destacados são, respectivamente, de adjunto adverbial e adjunto adnominal.

Esses temas, embora apoiados por muitos países, não foram incorporados ao texto final por falta de unanimidade.

10. O segmento “por falta de unanimidade”, empregado no penúltimo período do texto, classifica-se sintaticamente como adjunto adverbial de causa.

11. No texto a seguir, o termo “sustentável”, em “Uma iniciativa voltada à valorização das nossas florestas e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia”, exerce função sintática de adjunto adnominal.

“Por isso, ela pede às pessoas que raspem a comida dos pratos, usem ralos nas pias e evitem despejar na pia cremes e alimentos líquidos, como molhos ou caldos.”

12. No trecho, o verbo “pedir” atua como verbo transitivo indireto, pois exige um complemento introduzido por preposição, sendo ‘às pessoas’ o objeto indireto.

“Tramita no Congresso proposta que exige autorização “explícita” para esse tipo de uso em edifícios residenciais.”

13. No trecho acima, “Tramita” é verbo transitivo indireto, exigindo complemento regido por preposição, e “explícita” exerce função de complemento nominal por completar o sentido de “autorização”.

O foco não está nos números tradicionais do Censo Escolar nem nas notas do Ideb — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, **indicador da qualidade do ensino no país**.

14. Sintaticamente, o termo destacado nesta frase trata-se de adjunto adnominal.

Quando não tinha mais retalhos, virava o último vestido pelo avesso, o sujo sumia, Ceci não tinha mais queixas, “agora você está nova em folha”.

15. No trecho, o verbo “virava” é classificado como de ligação, assim como em: “Durante a discussão, todos viravam especialistas.”

“O país colhe grãos, mas também amplia a oferta de matéria-prima para etanol, biodiesel, biometano e novas alternativas energéticas”.

16. Na frase acima, o verbo ampliar atua como transitivo direto, assim como na frase “A indústria faz campanha para ampliar o uso de seus produtos”.



“Esse movimento teórico resvala em um determinismo absoluto e conspiratório que apaga as **contradições** internas das elites e as **contingências** imprevisíveis do cotidiano”.

17. No fragmento supracitado, os termos “contradições” e “contingências” exercem a função de núcleos do adjunto adverbial.

“[...] João Pedro Ferrari-Souza publicou recentemente um estudo na conceituada revista Nature Neuroscience sobre uma descoberta inovadora para o tratamento de Alzheimer.”

18. No trecho acima, os termos da oração sublinhados são, respectivamente complemento nominal e adjunto adnominal.

19. No trecho retirado do texto, “O processo se repetiu ao menos quatro vezes, em episódios separados por dezenas de milhares de anos, expandindo a área coberta pelos terraços de 150 m a 30 m de altura”, a expressão “ao menos quatro vezes” exerce a função de complemento nominal.

Segundo ele, “não estamos só ameaçados **pelo clima**, mas pela imobilidade”.

20. A função sintática do termo destacado no texto é objeto indireto.

19H - 25/09 - BNCC, DIDÁTICA, PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E CURRÍCULO - GUILHERME AUGUSTO

I. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

Ao definir aprendizagens essenciais para a Educação Básica, a BNCC articula sua concepção de competência à mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para responder a demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

01. Essa formulação permite compreender que o desenvolvimento de competências ultrapassa a retenção de conteúdos conceituais, sem que isso implique o abandono dos conhecimentos historicamente produzidos, que permanecem integrados aos processos de desenvolvimento das capacidades de atuação dos estudantes.

Na Educação Infantil, a BNCC organiza curricularmente as aprendizagens a partir dos campos de experiências, os quais substituem a lógica disciplinar e estruturam objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para diferentes grupos etários.

02. Nesse arranjo, os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se constituem resultados esperados para a conclusão da Educação Infantil,

sendo avaliados mediante indicadores de desempenho correspondentes às competências específicas estabelecidas para cada campo de experiências.

A condição normativa da BNCC significa que as redes e instituições escolares devem tomá-la como referência obrigatória para a definição das aprendizagens essenciais, mas não implica identidade entre Base e currículo.

03. A construção curricular envolve contextualizações, escolhas pedagógicas, características dos estudantes, especificidades territoriais e culturais e outros elementos definidos pelos sistemas e escolas, razão pela qual a existência de uma base comum pode coexistir com diferentes configurações curriculares.

A progressão das aprendizagens prevista pela BNCC no Ensino Fundamental pode ser compreendida como uma ordenação linear das habilidades, de maneira que cada habilidade corresponde a determinado ano escolar e constitui pré-requisito formal para a habilidade subsequente.

04. Por essa razão, os códigos alfanuméricos utilizados para identificar habilidades expressam simultaneamente sua posição



curricular, seu grau crescente de complexidade cognitiva e a sequência pedagógica recomendada para o ensino.

05. Embora a BNCC estabeleça dez competências gerais para a Educação Básica, sua estrutura prevê que essas competências sejam desenvolvidas prioritariamente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, uma vez que a Educação Infantil se organiza por direitos de aprendizagem e campos de experiências e, em razão de sua especificidade pedagógica, permanece externa ao compromisso formativo expresso pelas competências gerais.

II. DIDÁTICA

Em uma perspectiva crítica de Didática, a relação entre objetivos, conteúdos, métodos e avaliação não pode ser adequadamente compreendida como simples encaideamento técnico de procedimentos, pois as decisões relativas ao que ensinar, para quem ensinar, com quais finalidades e sob quais condições expressam concepções de conhecimento, educação e sociedade.

06. Assim, reconhecer a dimensão técnica da prática docente não exige desvinculá-la de suas dimensões política, ética e socio-cultural.

Na perspectiva histórico-crítica, a valorização da transmissão do conhecimento sistematizado conduz à compreensão da Didática como organização de procedimentos destinados a tornar eficiente a exposição docente, sendo a atividade do estudante considerada secundária diante da centralidade epistemológica do saber elaborado.

07. Desse modo, a mediação pedagógica caracteriza-se fundamentalmente pela passagem dos conteúdos do professor ao estudante.

O planejamento didático pode ser compreendido como processo de antecipação e organização intencional da ação pedagógica, mas seu caráter prospectivo não elimina

a necessidade de revisão durante o desenvolvimento do ensino.

08. Quando fundamentada na análise das condições concretas da turma, a alteração de estratégias, tempos ou recursos originalmente previstos pode representar coerência com os objetivos educacionais, em vez de constituir evidência de ausência de planejamento.

A Didática, ao constituir campo de investigação voltado às relações entre ensino e aprendizagem, distingue-se das teorias pedagógicas mais abrangentes por concentrar sua análise nos processos que ocorrem em sala de aula.

09. Essa delimitação epistemológica permite tratar objetivos, conteúdos, métodos e avaliação independentemente das relações entre escola, sociedade e políticas educacionais, cuja investigação pertence a outros campos da Educação.

A escolha de métodos de ensino adquire sentido didático quando articulada aos objetivos, à natureza dos conteúdos, às características dos estudantes e às condições concretas da prática pedagógica.

10. Consequentemente, uma metodologia considerada ativa ou inovadora não possui superioridade didática intrínseca: sua pertinência depende, entre outros aspectos, da coerência entre os procedimentos empregados, os conhecimentos que se pretende ensinar e as finalidades formativas estabelecidas.

III. PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Em uma compreensão dialética da relação entre ensino e aprendizagem, reconhecer que o ensino sistematizado possui intencionalidade não autoriza estabelecer correspondência automática entre aquilo que o professor ensina e aquilo que o estudante aprende.

11. A aprendizagem envolve atividade do sujeito, conhecimentos prévios, mediações sociais e culturais e condições concretas de participação, de modo que a ação docente pode criar



condições e mediações para a apropriação do conhecimento sem produzir resultados idênticos entre diferentes estudantes.

Na teoria histórico-cultural, a Zona de Desenvolvimento Proximal corresponde ao conjunto de conhecimentos e capacidades já consolidados pelo estudante, identificáveis por aquilo que ele realiza autonomamente.

12. Sua relevância pedagógica reside em permitir ao professor selecionar conteúdos compatíveis com o desenvolvimento já alcançado, evitando intervenções que antecipem funções psicológicas ainda em processo de formação.

13. A avaliação formativa integra o processo de ensino-aprendizagem ao produzir informações que podem subsidiar intervenções pedagógicas durante o percurso. Essa concepção não impede o emprego de provas, notas ou instrumentos quantitativos, desde que os dados produzidos sejam interpretados pedagogicamente e utilizados, entre outras possibilidades, para identificar dificuldades, reorganizar estratégias e favorecer novas oportunidades de aprendizagem.

Nas abordagens construtivistas da aprendizagem, a afirmação de que o estudante constrói conhecimentos conduz ao deslocamento da intervenção docente para uma função predominantemente organizadora do ambiente educativo.

14. Nessa perspectiva, explicações sistemáticas, apresentação intencional de problemas e intervenções do professor tendem a interferir no processo espontâneo de construção cognitiva e devem ceder espaço à descoberta individual como princípio metodológico decorrente da epistemologia construtivista.

A aprendizagem significativa, na formulação ausubeliana, depende essencialmente da disposição subjetiva do estudante para aprender, pois a existência de conceitos prévios relevantes possui função motivacional, mas não interfere substantivamente na estrutura cognitiva mediante a qual novas in-

formações são assimiladas.

15. Dessa maneira, conteúdos logicamente organizados podem adquirir significado mesmo quando não encontram elementos conceituais prévios aos quais possam relacionar-se.

IV. CURRÍCULO

Nas teorias críticas do currículo, questionar a pretensa neutralidade da seleção dos conhecimentos escolares significa compreender que decisões curriculares envolvem relações de poder e processos de legitimação cultural.

16. Essa perspectiva, entretanto, não exige concluir que todo conhecimento escolar seja epistemologicamente equivalente, pois a crítica pode incidir sobre os processos históricos e sociais de seleção e distribuição dos saberes sem negar a relevância do acesso dos estudantes ao conhecimento sistematizado.

17. A distinção entre currículo prescrito, currículo modelado pelos professores e currículo em ação permite compreender diferentes momentos do desenvolvimento curricular. Em Sacristán, entretanto, tais dimensões constituem etapas sucessivas relativamente autônomas: depois de modelado pelos professores, o currículo prescrito perde capacidade de interferência sobre as práticas, e o currículo em ação passa a resultar fundamentalmente das decisões tomadas pelos docentes na situação concreta de ensino.

O conceito de currículo oculto permite analisar aprendizagens relacionadas a valores, comportamentos, hierarquias, relações de autoridade e formas de sociabilidade produzidas no cotidiano institucional, mesmo quando não explicitadas nos documentos curriculares.

18. Por essa razão, o currículo oculto deve ser compreendido como conjunto de práticas necessariamente planejadas pelos agentes escolares, ainda que permaneçam formalmente ausentes do projeto político-pedagógico e dos planos de ensino.



Ao compreender o currículo como construção social e histórica, as teorias críticas e pós-críticas convergem na rejeição de sua suposta neutralidade, embora atribuam centralidade analítica a problemas parcialmente distintos.

19. Enquanto vertentes críticas enfatizaram categorias como ideologia, reprodução, classe, poder e desigualdade socioeconômica, abordagens pós-críticas ampliaram a problematização para questões relacionadas a identidade, diferença, discurso, representação, gênero, raça, etnia e sexualidade, sem que essa distinção autorize considerar os dois campos internamente homogêneos.

A distinção entre currículo formal, real e oculto evidencia que o currículo efetivamente experimentado pelos estudantes resulta de mediações entre prescrições institucionais e práticas escolares.

20. Nessa perspectiva, o currículo real corresponde à concretização das prescrições oficiais tal como previstas nos documentos, enquanto eventuais alterações produzidas pela interpretação docente, pelas interações entre os sujeitos e pelas condições concretas da escola integram predominantemente o currículo oculto.



OS PEDAGÓGICOS
CURSOS E CONCURSOS

SIMULADO **SED****F** | **120** **itens** **PRA VOCÊ** **GABARITAR**

